



Conselho Nacional

ACTA N.º 03/2012

Aos 10 dias de Julho de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Estatística, pelas 15H00, realizou-se uma reunião do Conselho Nacional, presidida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. Hermenegildo Cachimbombo, com a presença dos seguintes membros:

- Dr. Jayr Fernandes;
- Dr.ª Clotilde Pinto;
- Dr. Evaristo Solano;
- Dr. Luís Paulo Monteiro;
- Dr. Jacinto Pedro Ucuahamba;
- Dr.ª Henriqueteta Silva;
- Dr. António Penelas.

Ausências:

- Dr.ª Djamila Pinto de Andrade(justificada)

E ainda com a presença dos presidentes dos Conselhos Provinciais (CP) de Luanda e Benguela, bem como da Delegada da Ordem na provincia da Huila, designadamente:

- Dr.ª Mariza Sequeira - CP Luanda;
- Dr. Rufino Narciso - CP Benguela;
- Dr.ª Idalinda Rodrigues - Delegado Huila;

Ausências:

- Dr. Arão Bula Tempo - Delegado Cabinda.
- Dr. Albino Sinjecumbi - Delegado Huambo;

Além dos membros acima referenciados, a reunião contou também com a presença do Dr. António Joaquim, na qualidade de Assessor do Sr. Bastonário, e ainda Dr.ª Zulmira Pinto, na qualidade de Secretária Geral da Ordem, e teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1.- Análise do grau de cumprimento das deliberações da reunião anterior;
- 2.- Análise da proposta de resolução do diferendo com a União Europeia e da Viabilidade (oportunidade) da convocação de uma Assembleia Geral para a prestação de contas;
- 3.- Informações:



Conselho Nacional

- a).- Sobre a acção de formação pela OAB;
- b).- Sobre a Assembleia da SADC Lawyers;
- c).- Sobre a actividade do Centro de Formação.

4.- Diversos.

Submetida a aprovação da proposta da ordem de trabalhos aos membros, há a registar a sua alteração por unanimidade, passando a ser a seguinte:

- 1.- Concurso para o provimento de vagas de Juizes Conselheiros para o Tribunal Supremo;
- 2.- Análise do grau de cumprimento das deliberações da reunião anterior;
- 3.- Análise da proposta de resolução do diferendo com a União Europeia e da viabilidade (oportunidade) da convocação de uma Assembleia Geral para a prestação de contas;

4.- Informações:

- a).- Sobre a acção de formação pela OAB;
- b).- Sobre a Assembleia da SADC Lawyers;
- c).- Sobre a actividade do Centro de Estudos e Formação;
- d).- Sobre o Observatório Eleitoral;
- e).- Diligências relativas à obtenção de instalações e ao orçamento da instituição.

5.- Diversos.

Seguidamente passou-se à discussão dos pontos constantes da ordem de trabalhos ora aprovada, havendo a registar as informações e deliberações seguintes:

- 1.- Neste primeiro ponto, o Bastonário apresentou uma proposta de carta de resposta à pretensão apresentada pelo Júri do Concurso para o provimento de vagas de Juizes Conselheiros para o Tribunal Supremo, para as quais concorrem, além de magistrados judiciais e do Ministério Público, também juristas de mérito, na generalidade advogados e, por



Conselho Nacional

isso, em relação a estes o Júri do concurso solicitou a O.A.A a emissão de uma opinião sobre o mérito da candidatura.

O Conselho deliberou sancionar a proposta de carta, uma vez que do ponto de vista legal, a OAA não tem atribuição ou competência para o efeito e, atento ao facto de o referido concurso ser essencialmente documental, recomendou que na citada carta se refira a possibilidade de, nos futuros concursos, o júri passe a ser integrado por um representante da OAA, sem prejuízo da adopção de outras medidas que se venham a mostrar convenientes para uma participação efectiva da OAA no processo de selecção e recrutamento de juristas de mérito para Tribunais Superiores.

2.A respeito do ponto 2, há a assinalar o seguinte:

a).- O Sr. Dr. Jayr Fernandes, coordenador da Comissão para Formação e Revisão do Modelo de Estágio, esclareceu que relativamente ao agendamento de encontros com os Decanos das Faculdades de Direito, é uma actividade que ainda está em curso, acrescentando que manteve contactos com o Director do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), os quais só não conheceram maiores desenvolvimentos em virtude de o referido Director se encontrar adoentado.

b).- A Sra. Dra. Henriqueta Silva, coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos e Conexos, por um lado, apontou as acções em perspectiva no âmbito do Observatório Eleitoral, organização de que a OAA faz parte, realçando entre outras, a criação de um programa televisivo para o qual foi solicitado a OAA a indicação de dois membros para nele participarem; por outro lado, referiu ainda a necessidade de se desencadearem acções de formação no âmbito da educação cívica e agente eleitorais, destinadas a advogados, na sequência da formação nesta área, de que beneficiou a Dra. Eufrazina Teodoro.

O Conselho Nacional da OAA recomendou aos Delegados da OAA e aos presidentes do Conselho Provinciais, no sentido de divulgarem o máximo a realização de tais acções de formação junto dos advogados, a fim de obter um maior número de inscrições.

Recomendou ainda ao Coordenador da Comissão de Formação do Conselho Nacional, Dr. Jayr Fernandes, que diligencie no sentido de esta informação ser divulgada no âmbito do Centro de Estudos de Formação da OAA e programar uma acção de formação aos advogados estagiários inscritos no Centro.

c).- O Dr. Paulo Monteiro, na qualidade de coordenador da Comissão para Questões Judiciais, das Garantias dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados e do Combate ao Exercício Ilegal, apresentou um documento contendo as linhas gerais da competência da sobredita Comissão e as necessidades materiais para instalação e funcionamento da mesma. No essencial, pretende-se criar uma equipa integrada por 16 advogados, que mediante uma escala mensal, possam estar disponíveis para atender todas as situações de violação ou impedimento do exercício dos direitos e prerrogativas dos advogados e do exercício ilegal da advocacia, disponibilizando para o efeito um número de telefone para receber denúncias.

AB



Conselho Nacional

d).- Relativamente à deliberação no sentido de se uniformizar os regulamentos internos de funcionamento das comissões permanentes do Conselho Nacional da OAA, tendo por padrão ou paradigma o Regulamento da Comissão de Formação, constatou-se que os referidos coordenadores não a executaram, tendo sido estendido o prazo para o efeito até à próxima reunião do Conselho Nacional.

e).- No concernente à calendarização do processo de eleição dos Conselhos Provinciais do Huambo e Cabinda e Conselho Inter-Provincial da Huila, Namibe e Cunene, constatou-se que a concretização desta deliberação que ficou prejudicada devido a ausência do Coordenador da Comissão, Dr. Jacinto Ucuahamba, foi este orientado no sentido de, nos melhores prazos possíveis, apresentar uma proposta de calendário e preparar todos os documentos inerentes ao processo eleitoral, para o imediata implementação, certo sendo que o referido processo será regido ainda pelo actual Regulamento Eleitoral.

f).- Foi elaborada e enviada a proposta de Memorando de Cooperação entre a OAA e a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), estando esta a analisar o referido documento, pelo que se aguarda por um posicionamento a respeito.

g).- No que se refere à implementação do novo cartão de identidade dos advogados, cuja execução se acha em curso, regista-se o facto de ter havido a necessidade de se comprar um material gastável que já se encontra em Luanda, aguardando apenas o desembaraço aduaneiro para o normal prosseguimento do processo.

3.- Passou-se de seguida para o ponto três da Ordem de Trabalhos, tendo sido previamente informado aos membros dos montantes das dívidas decorrentes da execução do denominado "Projecto pelos Direitos Humanos em Angola" financiado pela União Europeia (montante de Euros 178.000,00), e dos valores em dívida decorrentes da realização do II Congresso dos Advogados de Língua Portuguesa, realizado nos dias 23, 24 e 25 de Maio do corrente ano, (aproximadamente o montante de USD 94.780,00), tendo sido deliberado, em relação ao Projecto pelos Direitos Humanos em Angola, que se remeta a última carta da Delegação da União Europeia em Angola ao Bastonário cessante, o Senhor Dr. Inglês Pinto, no sentido de se pronunciar sobre a solicitação inserta na mesma, atento ao facto de ter sido o Director do referido Projecto, enquanto Vice – Presidente da Ordem e Coordenador da Comissão dos Direitos Humanos e também já ter comprometido a elaborar o relatório sobre o referido Projecto.

Em função do resultado da diligência acima referida e da materialização ou não do financiamento ao II Congresso dos Advogados de Língua Portuguesa, nos termos prometido pela Casa Civil do Presidente da República, encaminhado ao Ministério das Finanças, que ficou de dar uma resposta a esse respeito, avaliar a viabilidade de convocação de uma Assembleia Geral de Advogados, para a última semana de Setembro de 2012, no sentido de se obter o consentimento dos Advogados para se proceder ao pagamento ou não dos valores

70



Conselho Nacional

em dívida, mediante recurso às receitas com as quotas e também das previsíveis receitas da emissão de novos cartões de identidade dos advogados.

4-Passou-se para o ponto quarto, no qual há a registar as seguintes informações:

a).- O processo de apresentação de candidaturas de advogados angolanos para frequentarem o estágio profissional promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, já se acha concluído, tendo sido indicados Advogados estagiários da Huila, Cabinda, Luanda e Benguela, sendo que, em relação ao candidato de Benguela, por não possuir passaporte válido, foi preterido por um candidato de Luanda que, voluntariamente, se ofereceu a participar no referido curso, cujo início está previsto para Outubro de 2012.

b).- De 23 a 26 de Agosto do corrente ano, realizar-se-á, na Swazilândia, uma Assembleia da SADC Lawyers, em que a OAA estará presente com uma delegação encabeçada pelo Senhor Bastonário, e integrada pelos Drs. Alexandre Pegado e Guilherme Fwmuhatu, (na qualidade de Conselheiros), e ainda pelos Drs. António Joaquim e Jayr Fernandes.

Por Angola estarão ainda presentes os Drs. Sérgio Raimundo, José Carlos e Filipe Paulino.

Na Assembleia a OAA está comprometida a apoiar a candidatura da OAM a Vice Presidente da SADC Lawyers, em virtude de termos esperanças de almejar vantagens em termos de formação e outras promovidas pela SADC Lawyers, as quais incidem em matérias de direitos humanos e comércio internacional(regional).

c).- Arrancou recentemente o curso de formação de advogados estagiários no Centro de Estudos e Formação da OAA, havendo 138 inscrições, e serão as aulas ministradas duas vezes por semana, cabendo a cada um dos formadores uma hora e meia por dia de formação. Constata-se que a capacidade da sala de formação é de apenas 85 formandos, o que vai implicar, como primeira opção, contactos com o ENAD (Escola Nacional de Administração Pública), no sentido de disponibilizar uma sala com a capacidade de pelo menos 150 lugares; como segunda opção, prevê-se o desdobramento dos formandos em duas turmas, o que, necessariamente, levará ao aumento para 4 aulas por semana para cada formador, implicando um aumento de custos com os formadores. Ponderada a situação, tendo em conta os valores arrecadados com as inscrições que são de Kz. 8.970.000,00, e os referidos custos adicionais, a Direcção do Centro está inclinada em abraçar a segunda opção; relacionada ainda a formação, o Bastonário tomou nota das preocupações suscitadas pelo Delegado da Huila e pelo Presidente do Conselho Provincial de Benguela, a quem solicitou que apresentasse um plano de formação, e em coordenação com o Coordenador da Comissão para o efeito, o remetam.

d).- O Bastonário informou ainda que o Sr. Dr. Vasco Grandão Ramos, Coordenador da Comissão para Estudos e Elaboração de Diplomas Legais e Regulamentares, assegurou que a revisão do regulamento eleitoral da OAA está avançada, estando em perspectiva o início da revisão do regulamento de estágio e do centro de Estudos e Formação da OAA.

HB



Conselho Nacional

e).- Os membros foram ainda informados dos contactos encetados pelo Sr. Bastonário com o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o Sr. Dr. Carlos Maria Feijó, a quem foram apresentadas as preocupações da OAA, para a obtenção de instalações próprias, tendo, nesta perspectiva, apresentado duas soluções que passam pela atribuição de um orçamento de US\$ 3.000.000, 00; ou a atribuição de uma residência do tipo T4 na Urbanização Nova Vida, acrescida de uma verba de US\$ 1.000.000,00 destinada às obras reestruturação da mesma com vista a sua adequação ao funcionamento da OAA. Referiu ainda que, outra preocupação apresentada, se prende com a urgente aprovação da Lei das Sociedade de Advogados, preocupações que mereceram o melhor acolhimento por parte do citado Sr. Ministro.

Ainda no tocante à questão do orçamento, o Bastonário informou que manteve um encontro com o Secretário de Estado do Orçamento, de quem recebeu indicações de que, do ponto de vista técnico, é inviável um tratamento autónomo da OAA no Orçamento Geral do Estado, devendo continuar a ser dependente orçamentalmente do Ministério da Justiça, a quem já foi apresentada pela OAA uma proposta de orçamento para o próximo ano, e que, segundo informações obtidas junto do referido ministério, foi encaminhada ao Titular do Poder Executivo.

Finalmente, ainda relativamente a questão das instalações e orçamento, os presentes foram informados de que foi solicitada uma audiência com o Titular do Poder Executivo, estando a aguardar por uma resposta.

5. Passando ao ponto quinto, há a assinalar a informação prestada pela Dra. Idalinda Rodrigues sobre a realização de um Congresso Internacional de Advocacia, em Cuba, de 19 a 21 de Setembro do corrente ano, tendo sido orientado a sua divulgação pelos presentes aos demais Advogados;

Há também a assinalar a necessidade de se deliberar o uso obrigatório pelos membros do Conselho Nacional, do correio electrónico institucional, sempre que estejam em causa assuntos da instituição.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 17H30, tendo sido lavrada a presente acta que vai assinada pelo Bastonário e anexada a lista de presença.

O BASTONÁRIO



CONSELHO NACIONAL

- Reunião do Conselho Nacional

- Data: 10 de Julho de 2012

LISTA DE PRESENCAS

ACTA NÚMERO 03/2012

Nome	Função	Assinatura
Hermenegildo Cachimbombo	Bastonário	<i>Hermenegildo Cachimbombo</i>
Henriqueta Silva	Vice-Presidente	<i>Henriqueta Silva</i>
António Penelas	Membro Cons. Nacional	<i>António Penelas</i>
Luís Paulo Monteiro	"	<i>Luís Paulo Monteiro</i>
Clotilde Melo Pinto	"	<i>Clotilde Melo Pinto</i>
Djamila Pinto de Andrade	"	<i>Djamila Pinto de Andrade</i>
Jayr Fernandes	"	<i>Jayr Fernandes</i>
Jacinto Ucuahamba	"	<i>Jacinto Ucuahamba</i>
Evaristo Solano	"	<i>Evaristo Solano</i>
Mariza Sequeira	Pres. Cons. Prov./Luanda	<i>Mariza Sequeira</i>
Rufino Narciso	Pres. Cons. Prov/Benguela	<i>Rufino Narciso</i>
Idalinda Rodrigues	Delegada Provincial/Huíla	<i>Idalinda Rodrigues</i>
Albino Sinjecumbi	Delegado Prov./Huambo	<i>Albino Sinjecumbi</i>
Arão Bula Tempo	Delegado Prov./Cabinda	<i>Arão Bula Tempo</i>
Zulmira Pinto	Secretária Geral	<i>Zulmira Pinto</i>
António Joaquim	Assessor	<i>António Joaquim</i>

Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística

Luanda - Angola

TEL.

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola